

ESCOLA, GÊNERO E PROFISSÃO: A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL

Ana Claudia Gomes da Silva¹

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: acg.silva@unesp.br

Linha de Pesquisa/Eixo Temático: 5. Filosofia e História da Educação no Brasil

Palavras-chave: História da Educação. Feminização do magistério. Docência.

INTRODUÇÃO

A escola brasileira contemporânea encontra-se profundamente associada ao universo feminino. Louro (2014) observa que as mulheres ocupam majoritariamente o cotidiano da educação básica. Essa presença não resulta de uma suposta inclinação natural para o ensino, mas de uma construção histórica e social relacionada à expansão da escolarização e à organização da profissão docente.

Compreender a feminização do magistério implica considerar a constituição histórica da escola. Para Dussel (2014), a instituição escolar produz formas de organização, práticas, representações e identidades, contribuindo para incorporar atributos como cuidado, paciência e dedicação à representação da professora.

No Brasil, esse processo esteve relacionado à expansão da instrução pública entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A ampliação da rede escolar aumentou a demanda por docentes e favoreceu a crescente inserção das mulheres no magistério. Souza (2008) demonstra que, em 1930, elas já representavam 87,51% dos professores do ensino público primário estadual paulista. Se a docência possibilitou às mulheres maior acesso ao trabalho remunerado e à vida pública, sua presença foi legitimada por discursos que aproximavam o ensino das funções maternais e domésticas.

Yannoulas (2011) distingue feminização, referente ao aumento quantitativo da presença feminina em uma ocupação, de feminilização, relacionada à atribuição de características socialmente consideradas femininas à atividade profissional. No magistério, esses processos ocorreram de forma articulada e contribuíram para a construção de uma

concepção de docência vinculada ao cuidado, à dedicação e à vocação, com implicações para seu reconhecimento e valorização profissional, como discutem Catani (1997) e Freire (2015).

Embora historicamente construídas, essas representações permanecem presentes nas formas pelas quais muitas mulheres compreendem sua relação com o magistério. Dessa forma, a escolha pela docência não pode ser reduzida à oposição entre vocação e necessidade, mas deve ser compreendida a partir da articulação de condicionantes históricos, sociais, econômicos, familiares e subjetivos.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, fundamentada na História da Educação e nos estudos de gênero. A análise articulou referenciais dessas áreas para compreender a feminização do magistério como fenômeno historicamente relacionado à constituição da escola moderna, à profissionalização docente e às relações de gênero.

ANÁLISE PARCIAL OU FINAL DOS RESULTADOS OBTIDOS

A compreensão da feminização da docência exige considerar a constituição histórica da escola moderna. Dussel (2014), por meio dos conceitos de forma escolar, gramática da escolarização e cultura escolar, demonstra que a escola é uma construção histórica que produz formas de organização, práticas, valores e identidades. A definição de tempos, espaços, conteúdos e responsabilidades contribuiu, nesse processo, para a institucionalização do magistério e para a constituição da identidade docente.

No Brasil, esse processo intensificou-se com a expansão da instrução pública a partir do final do século XIX. Souza (2008) demonstra que a ampliação do ensino primário, impulsionada principalmente pelas escolas isoladas e reunidas, aumentou a demanda por professores. Em São Paulo, em 1930, as mulheres já representavam 87,51% dos 8.020 docentes do magistério público primário estadual, evidenciando a consolidação da presença feminina na profissão.

Essa predominância, não decorreu de uma predisposição natural das mulheres para ensinar. Scott (1995), compreende-se o gênero como uma construção histórica atravessada por relações de poder, nesse contexto, características socialmente associadas ao feminino, como cuidado, paciência, sensibilidade e dedicação, foram incorporadas à docência. Louro (2014) evidencia, assim, que a feminização do magistério envolveu não apenas o crescimento quantitativo da presença feminina, mas também a construção de uma identidade profissional marcada por expectativas de gênero.

Essa perspectiva aproxima-se da distinção proposta por Yannoulas (2011) entre feminização, referente ao aumento quantitativo das mulheres em determinada profissão, e feminilização, relacionada à incorporação de atributos considerados femininos ao trabalho. Na docência, esses processos ocorreram de forma articulada, consolidando representações que associaram o ensino ao cuidado, ao afeto, à dedicação e à vocação.

Tais representações também repercutiram no reconhecimento profissional do magistério. Catani (1997) demonstra que a imagem da professora dedicada e abnegada contribuiu para aproximar a docência de uma missão moral, enquanto Freire (1997), ao criticar sua representação como “tia”, reafirma o caráter profissional da atividade docente. Chamon (2005), por sua vez, reforça que a identidade profissional é produzida por processos históricos, sociais e institucionais, e não por uma vocação inerente às mulheres.

Dessa forma, a feminização do magistério resulta da articulação entre a expansão da escola pública, a profissionalização da docência e as relações de gênero. Mais do que explicar a predominância numérica das mulheres, essa perspectiva permite compreender como foram construídas e naturalizadas concepções de docência associadas ao feminino e suas implicações para o reconhecimento e a valorização do trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a feminização do magistério constitui um processo histórico relacionado à expansão da escola pública, à profissionalização docente e às relações de gênero. A predominância feminina não decorre de uma suposta vocação natural, mas de construções sociais que associaram a docência ao cuidado, à dedicação e à

maternidade. Essas representações contribuíram para a construção de uma identidade docente feminina e permanecem presentes nas formas de compreender a profissão, evidenciando a importância de problematizá-las nas discussões sobre reconhecimento e valorização do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

- CATANI, Denice Barbara. *[inserir aqui a obra efetivamente utilizada no artigo]*. 1997.
- CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUSSEL, Inés. A montagem da escolarização: discutindo conceitos e modelos para entender a produção histórica da escola moderna. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 250-278, jan./jun. 2014.
- FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. [conferir edição utilizada].
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Os grupos escolares e a história do ensino primário na Primeira República: questões para um debate. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 17, n. 34, p. 273-284, maio/ago. 2008.
- VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília, n. 22, p. 271-292, 2011.